



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 27/2026.

Em 25 de maio de 2026.

Assunto: subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que *“Autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.”*

Interessada: Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a referida Medida Provisória.

1 Introdução

A presente nota técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece:

Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória.

No art. 62, § 9º, a Constituição Federal determina que caberá a uma comissão mista de deputados e senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que prescreve os requisitos a serem abordados quando do exame de



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: “*análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União*”.

Para a apreciação da medida provisória em questão compete a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica acerca de sua adequação orçamentária e financeira.

2 Síntese da medida provisória

A presente Medida Provisória - MPV autoriza a União a destinar até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Segundo a Exposição de Motivos nº 1172/2026, que acompanha a medida provisória, a edição do ato fundamenta-se na necessidade de ampliar o acesso a crédito para promover a renovação da frota utilizada para transporte individual remunerado de passageiros, com vistas a estimular a atividade econômica e fortalecer a indústria automotiva nacional. A iniciativa também busca fomentar a substituição de veículos por modelos mais eficientes e sustentáveis, contribuindo para a melhoria das condições de prestação do serviço e para a redução dos impactos ambientais. Ademais, a medida prevê a utilização de mecanismos de garantia voltados à mitigação do risco das operações de crédito, de modo a ampliar a capacidade de concessão de financiamentos.



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

A MPV estabelece, ainda, que os veículos financiados deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica a serem definidos em regulamento do Poder Executivo, ao qual também caberá disciplinar as condições operacionais do programa, inclusive requisitos para habilitação de montadoras e definição das condições financeiras aplicáveis às operações de crédito. A medida limita a contratação a um veículo por beneficiário individual e, no caso das cooperativas, a um veículo por cooperado.

Além disso, a medida provisória altera a Lei nº 14.042, de 2020, para permitir a utilização do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI como mecanismo de garantia das operações vinculadas ao programa, buscando reduzir o risco de inadimplência e ampliar a capacidade de concessão de crédito pelos agentes financeiros. Há também autorização para a exigência de contrapartidas das montadoras participantes, inclusive mediante concessão de descontos dos veículos financiados.

A exposição de motivos destaca que a MPV 1.359/2026 não acarreta aumento de despesa primária, uma vez que apenas autoriza a União a disponibilizar os recursos para linhas de financiamento reembolsável, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. Ressalta, ainda, que as operações não contarão com garantia do Tesouro Nacional, cabendo às instituições financeiras assumirem integralmente os riscos de crédito, razão pela qual os recursos envolvidos são classificados como despesa de natureza financeira, sem impacto fiscal primário.

3 Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira

Conforme mencionado na introdução desta nota técnica, o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira deve verificar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e o atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial da Lei Complementar nº 101, de



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

2000, da lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária da União.

Verifica-se que o escopo da presente análise se limita, única e exclusivamente, a aferir a conformação dos termos da medida provisória às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentário-financeiras. Por essa razão, via de regra, à nota técnica de adequação orçamentária e financeira não cabe avaliar a pertinência dos pressupostos constitucionais gerais para edição de medidas provisórias, as quais somente são cabíveis para atender situações urgentes e relevantes que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária, conforme determina o art. 62 da Constituição.

No caso específico da MPV 1.359, de 2026, observa-se a ocorrência de impacto orçamentário e financeiro, decorrente do aumento de despesas financeiras, que poderá chegar a R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), para a disponibilização de linhas de financiamento reembolsável, que terão o Ministério da Fazenda como gestor dos recursos e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES como agente financeiro.

De acordo com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, qualquer proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória deve ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. No caso da MPV 1.359/2026, no entanto, as despesas afetadas são discricionárias.

Nesse sentido, entende-se obrigatório o respeito ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que trata da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa. Nesse caso, exige-se que a proposta seja acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de entrada em vigor e nos dois subsequentes; da declaração do ordenador da despesa de adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual –



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

LOA e compatibilidade com o plano plurianual – PPA e com a LDO; e das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas na estimativa do impacto.

Importante notar que a adequação com a lei orçamentária anual impõe a existência de dotação suficiente, de modo que não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício. Já a compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias implica que a despesa se conforme com diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

De acordo com a Exposição de Motivos, o impacto orçamentário e financeiro para 2026 poderá ser de até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) de despesas financeiras. Informa, ainda, que as operações não terão garantia do Tesouro Nacional e seus riscos serão integralmente assumidos pela instituição financeira concedente do crédito, logo, não haverá geração de impacto fiscal primário. As informações apresentadas na EXM indicam não haver impacto nos dois exercícios subsequentes.

Quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, entende-se compatível a MPV, haja vista se tratar de programa destinado exclusivamente a operações especiais, não integrante do PPA 2024-2027, nos termos do art. 6º, § 3º, da referida lei. Em relação à LDO, a compatibilidade também aparenta existir, uma vez que não se vislumbram infringências aos dispositivos da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025 (LDO 2026), a qual, na verdade, reforça (art. 143) a necessidade de observância do referido art. 16 da LRF.

No que se refere à adequação com a lei orçamentária anual, por fim, as informações da EXM parecem-nos suficientes para que se entenda a Medida como compatível, visto que seu art. 2º deixa explícito que a observação da disponibilidade orçamentária e financeira é condição imprescindível para que a União destine os



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

recursos à disponibilização das linhas de financiamento reembolsáveis. No momento, não há programação orçamentária prevista na LOA 2026 para o atendimento dessa despesa financeira.

4 Considerações Finais

São esses os subsídios que consideramos mais relevantes para a apreciação da medida provisória 1.359, de 19 de maio de 2026, quanto à adequação orçamentária e financeira.

Daniel Leitão Corrêa e Silva
Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos